



Anais da Assembleia

Nº 137

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 03 DE NOVEMBRO DE 1975.

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 203ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE NOVEMBRO DE 1975 (Segunda-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Maurício Fruet, secretariada pelos Senhores Deputados Fabiano Braga Cortes e Leopoldo Jacomel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Delcíel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Neto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Quiese Crisóstomo, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Luiz Alberto Oliveira (44); achando-se ausentes os Senhores Deputados Accioly Neto, Basílio Zanusso, Deni Schwartz, Ernesto Dal'Oglio, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Luiz Roberto Soares, Otássio Pereira e Trajano Bastos (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

MENSAGEM 93/75 Curitiba, 27 de outubro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio nº 30/75, celebrado em 18 de setembro de 1975, entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Estado do Paraná, através da Secretaria de Planejamento, objetivando elaboração dos termos de Referência para o Plano Micro-Regional de Desenvolvimento Integrado da AMCOPAR.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIO:

Do Senhor Padre Valério Alberton, do Centro Cultural de Brasília, no qual encaminha a esta Casa, trabalho intitulado “A

Câmara dos Deputados e o Cinema Nacional” — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o plenário, seja consignado em Ata dos Trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo passamento do senho Rômulo Weigert, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Justifica-se o presente requerimento pelo fato de ter sido um falecimento prematuro, deixando uma lacuna na família princesina, causando, com seu desaparecimento grande choque à toda a cidade de Ponta Grossa. Era homem ligado às causas Comunitárias, exemplar chefe de família, dedicando-se ao comércio e a várias atividades.

Requer, outrossim, que depois de aprovado, seja dado conhecimento do mesmo, à Família enlutada, residente em Ponta Grossa, Paraná.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja consignado em Ata um voto de pesar pelo falecimento da Senhora LEANDRINA MARTINS DE TEIXEIRA, ocorrido na cidade de Castro.

Justifica-se o presente requerimento pelo fato da referida Senhora ter pertencido ao tronco de uma das maiores famílias desta cidade, sendo exemplo perfeito de mulher humanitária, vivendo seus mais de cem anos à serviço do bem comum e da família, deixando 10 filhos, 200 netos, 299 bisnetos e 47 tataranetos.

Requer, outrossim, que se dê conhecimento deste à família enlutada, residente na cidade de Castro, Paraná.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o plenário seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. OLINDO BERTOLOTI, ocorrido na cidade de União da Vitória.

O Senhor Olindo Bertoloti, nasceu e criou-se no município de União da Vitória, pertencente a tradicional família, comerciante largamente relacionado deixando uma lacuna difícil de ser preenchida no rol dos homens que, pelo seu trabalho e dedicação contribuíram para o progresso daquele município.

Requer, outrossim, dar-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1975.

a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à mesa, após ouvido o plenário da Casa, voto de louvor ao Arcebispado Metropolitano de Curitiba e ao seu titular, sua Exa. Reverendíssima D. Pedro Fedalto, pelo êxito das Santas Missões, que obtiveram, em nossa Capital, a maior receptividade, alcançando o almejado conagração da grande família curitibana. Ademais, em todos os rincões do nosso Estado, verificou-se idêntica participação e igual entusiasmo, o que veio evidenciar o espírito cristão da gente paranaense. E que da decisão da Casa se dê conhecimento ao Rev. Arcebispo Metropolitano de Curitiba.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1975.

a) JURANDIR MESSIAS

JUSTIFICATIVA:

A realização das Santas Missões, em Curitiba, como ademais em todo o Estado, traduziu-se numa manifestação de fé cristã, de unidade e interligação da grande família paranaense, numa hora em que toda a humanidade estremece, convulsionada pelos mais complexos problemas sociais, pelas mais esdrúxulas divergências e conflitos de toda a ordem, agitada, ainda, pelos que pretendem derrubar todos os conceitos e princípios que consagram, através os tempos, a união da família — esteio basilar da pátria. Entendemos, assim, que necessário se torna incentivar e aplaudir estas belas iniciativas do espírito, que colocam o homem mais próximo do Seu Criador — e mais consciente das suas grandes responsabilidades perante Deus, a pátria e os seus entes mais queridos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um VOTO DE CONGRATULAÇÕES ao Jornal "DIÁRIO POPULAR", que tanto destaque tem oferecido aos trabalhos desta Casa de Leis, e da política em geral com seriedade e independência, ainda pelo, seu ingresso, como associado, na Associação Interamericana de Imprensa, organismo internacional de grande importância para as liberdades e para a democracia.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência ao diretor daquele jornal, Dr. Abdo Aref Kudri.

Sala das Sessões, em 3 de novembro de 1975.

a) JURANDIR MESSIAS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário, requer seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações ao Poder Judiciário do Estado, na pessoa de seu ilustre Presidente Desembargador Henrique Nogueira Dorfmund, pela inauguração do novo prédio do Fórum de Paranaguá, ocorrido em data de 01 do corrente.

A inauguração, em si, veio atender justa aspiração do povo parnanguara, proporcionando com as moderníssimas instalações, para que os diversos setores do Fórum desfrutem de comodidade e conforto indispensáveis no desempenho de suas atividades e consequentemente o Poder Judiciário de Paranaguá acompanhe o crescente desenvolvimento daquela comunidade.

Requer outrossim, sejam transcritos nos Anais da Casa, os discursos proferidos pelos senhores Desembargadores Henrique

Nogueira Dorfmund, digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça, e Dr. Hugo Pereira Correa, em nome da Associação dos Advogados de Paranaguá, que, em brilhantes pronunciamentos enalteciram a importância do acontecimento e reconstituíram o desenrolar da vida judiciária do município, desde que foi erguido o "Pelourinho", há mais de trezentos anos, constituindo-se os referidos discursos em peças históricas e altamente significativas para o Poder Judiciário daquela Comarca.

Requer ainda, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa, ao Desembargador Henrique Nogueira Dorfmund, digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, e ao Dr. Hugo Pereira Corrêa, Presidente da Associação dos Advogados de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1975.

a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor RENATO ANTONIO JOHNSON, DD. Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, encarecendo-lhe da necessidade de providências no sentido de melhorar os serviços telefônicos em Cascavel.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Em decorrência, provavelmente, do aumento do número de aparelhos, a rede telefônica local vem causando um serviço claudicante nas ligações, não só urbanas como também interurbanas. Estas, são dificultadas pela queda repentina, causando a necessidade de novas discagens, diretas ou através de telefonistas, dando ensejo a um precário serviço e desgaste financeiro dos usuários.

Por outro lado, o tom de discagem é excessivamente demorado e, quando surge, muitas vezes desaparece instantaneamente, dando um padrão de comunicação abaixo da crítica, o que vem depor contra o próprio conceito dessa empresa, que tem merecido reconhecimento reiterado de sua eficiência.

Urge, pois, que se façam imediatos reparos para que não haja estrangulamento nesse meio de comunicação e para que a TELEPAR possa caminhar no mesmo ritmo de progresso que tem marcado Cascavel e a região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, seja enviado apelo ao Exmo. Sr. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, no sentido de que seja instalado Postos de Saúde com atendimento médico permanente, nas cidades de Cândido de Abreu e Reserva.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

Em recente encontro entre órgãos Federais, Estaduais e Autárquicos, o principal assunto abordado referiu-se ao atendimento Médico às pessoas necessitadas do interior do Estado, verificando-se a necessidade de se fixar médicos nas áreas notadamente carentes deste atendimento. Segundo ficou estabelecido nesta reunião na sede do FUNRURAL, em Curitiba, cerca de

da, e, justo se faz, que os municípios de Cândido de Abreu e Reserva sejam agraciados por esta determinação, visto que é ineficaz e inexistente a assistência naquelas comunas, ainda beneficiando, toda a região circunvizinha.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 157/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — É declarada de utilidade pública o Externato São Francisco Xavier, com sede na cidade de Maringá.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de novembro de 1975.

a) JORGE SATO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que objetivamos seja declarada de utilidade pública preenche as exigências legais para tal fim, pois presta serviços à coletividade, não visa lucro e nem distribui vantagens aos seus Diretores. A documentação anexa comprova essa assertiva.

Já é declarada de utilidade pública na área municipal — Lei nº 562/67 de Maringá. Está situada num bairro onde atende perto de 300 crianças.

Daí o presente plano de Lei que oferecemos à elevada consideração dos nobres Deputados.

PROJETO DE LEI Nº 158/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O artigo 142, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, fica acrescido do seguinte parágrafo único:

“Parágrafo único — O funcionário que tiver 50 anos ou mais, de serviço público, ao atingir a compulsória por implemento da idade, terá incorporado aos seus proventos, os vencimentos e as gratificações que estiver percebendo na data da aposentadoria ou as de maior valor que tenha percebido anteriormente”.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1975.

a) MAURÍCIO FRUET

JUSTIFICATIVA:

Esta é uma exceção que julgamos das mais justas inserir no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

O funcionário que tenha prestado 50 anos, ou mais, de serviço ao Estado, é perfeitamente merecedor da vantagem excepcional que pretendemos conferir-lhe com o presente projeto de Lei.

PROJETO DE LEI Nº 159/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica denominada “JAYME CANET”, a Rodovia PR-12, que liga os municípios de Cornélio Procopio, Nova Fátima e Congoinhas.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, em 03 de novembro de 1975.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

Jayme Canet ilustre genitor do atual Governador do Paraná, prestou relevantes serviços ao nosso Estado, principalmente à Região Norte, merecendo, por isso, esta singela homenagem que pretendemos fazer apresentando à consideração da Casa, o presente Projeto de Lei, satisfazendo assim o desejo do povo de Congoinhas, expressado no ofício anexo.

PROJETO DE LEI Nº 160/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Ficam criados os Distritos Administrativos de ENTRE RIOS, IGUIPORÃ, NOVO TRÊS PASSOS, SÃO ROQUE e NOVO HORIZONTE, no município de Marechal Cândido Rondon, com as divisas seguintes:

I — Distrito de ENTRE RIOS: Começa no Rio Paraná, partindo sentido Norte-Sul, pelo Arroio Felicidade até encontrar a linha divisória da Fazenda Britânia, seguindo pela mesma linha sentido Oeste-Leste, até encontrar o Rio São Francisco, descendo por este sentido Leste-Oeste, até encontrar o Rio Paraná, descendo pelo mesmo em sentido Nordeste-Sudoeste; até a barra do Arroio Felicidade, ponto de partida.

II — Distrito de IGUIPORÃ: Partindo do Arroio Fundo, na Foz do Lageado Curvado e subindo pelo mesmo até a Foz do Lageado Santo Angelo e sobe por este até a divisa dos lotes rurais nºs 42 e 43, 18º perímetro, Linha Curvado, segue a mesma até o travessão dos lotes rurais nºs 32 e 39, do perímetro 18º, e lotes rurais nºs 64 e 65, do 23º perímetro e dos lotes rurais nºs 76 e 77 do 26º perímetro, seguindo pelo travessão dos lotes rurais nºs 76 a 80, subindo por este pelo travessão dos lotes rurais nºs 80 a 96 e 201, e Gleba “a”, do 26º perímetro, seguindo pelo travessão da Gleba “D”, com os lotes rurais nºs 106, 107 e 184, do 26º perímetro até alcançar o Lageado São Cristóvão, desce até a divisa dos lotes rurais nºs 27 e 28, do 24º perímetro, segue a mesma, continuando pela divisa dos lotes rurais, nºs 13, 14, 10 e 12 e lote rural nº 9, do mesmo perímetro, até o Lageado Apepú, continuando pela divisa dos lotes rurais nºs 5 e 6 do 26º perímetro até alcançar a estrada de rodagem que liga a Vila de Iguaporã à Vila de Porto Mendes, segue a mesma em direção à Vila de Iguaporã, até a divisa dos lotes rurais nºs 44 e 46, do 25º perímetro, segue esta e a divisa dos lotes rurais nºs 43 e 45, até a Sanga Bangú, atravessa a mesma na linha divisória dos lotes rurais nºs 36 e 35, do 25º perímetro, até atingir o Lageado Rio Branco, sobe por este até a Foz da Sanga Caranchan, sobe por esta até a divisa dos lotes rurais nºs 50 e 51, do 22º perímetro, da Linha Arroio Fundo, segue pela mesma até a divisa dos lotes 47 e 51, continua pelo mesmo até a divisa dos lotes rurais 46 e 54, segue até a Sanga Biriva, desce pela mesma até a sua foz no Arroio Fundo, sob até a Foz do Lageado Curvado, ponto de partida.

III — Distrito de NOVO TRÊS PASSOS: Pela Foz do Lageado Guavirá, sob até encontrar a Sanga Mambuca, que segue até sua nascente; por linha seca segue pela divisa do lote rural 190 com as colônias 221, 189 e 188 e esta com a 132; pelo travessão segue entre as colônias 143 e 142 com as colônias 133, 134 e 135,; ainda em linha reta pelas divisas das colônias 140 e 141, até encontrar a Sanga Bonita, que segue até sua foz no Arroio Quatro Pontes, o qual sobe até as divisas agora no 13º perímetro, dos lotes rurais 154 e 151, 153 e 152, até encontrar a Sanga Crissiumal; por esta segue até sua foz no Arroio Guaçu; segue pelo Arroio Guaçu até encontrar a foz do Arroio Guavirá.

IV — Distrito de SÃO ROQUE: Partindo do Rio São Francisco, na foz da Sanga Perdida, sobe pela mesma até sua nascente, atravessa a divisa seca entre os lotes rurais 90 e 91 do 35º perímetro, até encontrar a nascente da Sanga Urú, segue a mesma

até o Lageado Barra Bonita, segue pelo mesmo até o Arroio Marreco, descendo pelo mesmo até o lote rural 219, sobe por este até encontrar a Sanga Barreiro, segue por esta até encontrar a divisa do lote rural 181 do 39º perímetro, descendo pelo mesmo até encontrar a divisa do lote rural 175 do 39º perímetro, passando pelo travessão até encontrar a divisa do lote rural 205, desce pelo travessão até o lote rural 216, seguindo pelo travessão até encontrar a divisa do lote rural 126, seguindo pelo mesmo até encontrar o Rio São Francisco, subindo por este até encontrar a foz da Sanga Perdida.

V – Distrito de NOVO HORIZONTE: Partindo da Sanga Leopardo, passando pelos lotes rurais 15 até 1, do 18º perímetro, Linha Lageado Guavirá, até encontrar a foz da Sanga Horizontina, seguindo pelo Lageado Guavirá até encontrar a Sanga Mercedes, subindo esta até encontrar a foz do Sanga São Luiz, por esta subindo até encontrar os lotes rurais 84, 85, 113, 114, 125, 126, e 127 do 18º perímetro, até atingir a Sanga S. S. Martim e subindo por esta até encontrar o lote rural 135, subindo por esta até encontrar a linha dos lotes rurais 68 e 69, descendo pela mesma linha até a Sanga Belmonte, passando por esta, subindo a linha dos lotes rurais 55 e 56 do 18º perímetro, passando a Sanga 7 de Setembro, subindo a linha dos lotes rurais 9 e 10, continuando pela linha dos lotes rurais 58 e 59 do 42º perímetro, até encontrar a Sanga São Luiz, passando pela mesma, subindo pelo travessão do lote rural 96, tomando o travessão da Gleba "A", descendo pelo travessão do lote rural 201, até encontrar o lote rural 69, descendo pelo travessão deste até encontrar a Sanga Ruivo-Quê, subindo pelos lotes rurais 32 e 39, até encontrar a linha dos lotes rurais 42 e 43, descendo até a cabeceira da Sanga Santo Ângelo, passando pela mesma até encontrar o travessão do lote rural 25, subindo pelo mesmo até lote rural 8, descendo até encontrar o Lageado Curvado e por este subindo até encontrar a Sanga Leopardo, ponto de partida.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1975.

a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

O município de Marechal Cândido Rondon, que recentemente comemorou seu 15º aniversário de emancipação (criado em 25 de julho de 1960), vem experimentando extraordinário progresso. Deve-se o fato à excelência de seu solo, ótima localização geográfica no extremo-oeste, perfeita colonização sem problemas de disputas de posse de terras, etc.

Facilmente se depara com o alto grau de desenvolvimento do município pela simples observação de sua posição por um dos indicadores econômicos mais utilizados, o índice de retorno do ICM pelo qual se situava em 1973, em 23º lugar; em 1974, em 19º lugar; em 1975, em 17º lugar e para 1976, em 13º lugar, entre os 288 municípios do Estado do Paraná.

Marechal Cândido Rondon, com 1.206 km² de superfície, é um município colonizado de uma maneira diferente da maioria pois quando da sua formação já foram previstos os aglomerados urbanos nas diversas partes do território municipal, não apresentando pois o aspecto comumente encontrado de convergência total à Sede da Comuna e nada haver de Vilas no interior. Isto fez com que o homem do campo se fixasse mais no meio rural, em ânimo definitivo, demonstrado hoje ainda o acerto da medida pela distribuição da população: 15.000 habitantes na Sede do Município, e a média de 2.500 habitantes na sede dos outros nove distritos, sendo o restante, num total de 35.000, moradores das zonas rurais, evitando-se pois, surgimento de maiores problemas na cidade.

Dos 10 distritos existentes, 5 são judiciários; os restantes 5 são distritos administrativos já criados por lei municipal: Entre Rios (Lei municipal nº 31, de 31/07/62, alterada pela Lei

municipal nº 1035, de 14/11/73); Iguiporã (Lei municipal nº 95, de 25/05/64, alterada pela Lei municipal nº 1050, de 24/12/73); Novo Três Passos (Lei Municipal nº 291, de 20/04/67); São Roque (Lei municipal nº 456, de 17/09/68); Novo Horizonte (Lei Municipal nº 640, alterada pela Lei Municipal nº 1.049, de 24/12/73).

Todos os distritos, objeto da presente proposição, preenchem as condições exigidas por lei para a criação de distritos Administrativos.

ENTRE RIOS, no seu território conta com mais de 2.100 eleitores; acima de 1.100 alunos (primário e ginásio); mais de 150 casas na sede.

IGUIPORÃ, conta com mais de 1.400 eleitores, mais de 900 alunos (primário e ginásio) e na sede com número de casas acima de 60.

NOVO TRÊS PASSOS, tem em seu território mais de 700 eleitores, acima de 300 alunos do curso primário e mais de 50 casas na sede.

SÃO ROQUE, no seu território descrito, conta com 1.000 ou mais habitantes e com mais de 50 casas na sede.

NOVO HORIZONTE, conta com mais de 600 eleitores, acima de 300 alunos do primário e mais de 60 casas na sede distrital.

LEGISLAÇÃO REGULAMENTADORA DE CRIAÇÃO DE DISTRITOS

Constituição do Estado do Paraná:

Art. 110 – A criação de municípios, bem como sua divisão em distritos, far-se-á mediante lei, observados os requisitos e condições da lei complementar da Constituição Federal.

§ 1º – ...

§ 2º – A criação, por lei estadual, de distritos administrativos, é condição para a criação de distrito judiciário.

Art. 91 – Cabe ao Tribunal de Justiça dispor, em resolução, pela maioria absoluta de seus membros, sobre a divisão e a organização judiciária, cuja alteração somente poderá ser feita de cinco em cinco anos.

Parágrafo único – Ressalvado o disposto no artigo 98, II e III, deverão ser enviadas ao Governador, para a iniciativa do processo legislativo, as resoluções do Tribunal que implicarem em:

- a) – Criação de cargos, funções ou empregos;
- b) – aumento de vencimento ou da despesa pública;
- c) – disciplina do regime jurídico dos servidores;
- d) – forma e condição de provimento de cargos;
- e) – condições para aquisição de estabilidade.

Lei Orgânica dos Municípios:

Art. 9º – A criação de Distritos far-se-á por lei estadual, mediante representação do Município, feita pelo Prefeito com aprovação da Câmara, pelo voto favorável de 2/3 de seus membros, obedecidas as seguintes condições:

- I – população superior a mil habitantes no território;
- II – existência, na sede, de pelo menos cinquenta casas;
- III – delimitação da área, com a descrição das respectivas divisas, definidas na forma do inciso II do artigo 8º.

Art. 8º – ...

I – ...

II – as divisas, definidas segundo linhas geodésicas entre pontos bem identificados ou acompanhando acidentes naturais.

Parecer Normativo 10-75-MJ, da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça, publicado no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 1975, página 13.676, aprovado pelo Senhor Ministro da Justiça.

Julgamos desnecessário tecer comentários sobre as vantagens que trará a medida ora proposta à comunidade daquelas localidades quando, em atos consecutivos, se...

distritos judiciários, colocando a população próxima aos serviços de cartório, subdelegacia e juizado de Paz.

Ademais, a nosso ver, aprovado o Projeto de Lei em epígrafe, não ocasionará gastos ao erário público, porém representará uma grande melhoria e maior progresso ao povo daqueles distritos pleiteados.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara. (Declina). Em face de ter declinado, então, dou a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Egon Pudell. — (Ausente). Não se encontrando presente, dou a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli, terceiro orador inscrito.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Faz bem pouco tempo desde que o Brasil eliminou um dos últimos resquícios da obsoleta engrenagem semicolonial do seu comércio exterior. As nossas importações não são mais realizadas a preços CIF, rompendo seu vínculo do tradicional prazo de que o seguro do transporte internacional surgisse pronto e acabado do exterior, anexo na respectiva fatura da aquisição da mercadoria. De semelhante medida apareceram vários benefícios para a economia do nosso país. Assim sendo, sofreu uma drástica mudança o fluxo momentário do referido seguro, que antigamente provocava sensível êxodo de divisas, porém, hoje em dia, injetando vitais no mercado segurador do Brasil.

Durante, o ano findo, por exemplo, em vez de procedermos o balanço de pagamentos com uma despesa de aproximadamente 60 milhões de dólares, solidificamos com 364 milhões e 500 mil cruzeiros o próspero faturamento verificado no setor de seguros do mercado interno. Consequentemente, foram criados inúmeros empregos e surgiram diversos setores de atividades, com a implantação de uma profícua infraestrutura de serviços e eficaz auxílio na área da importação em seu relacionamento com as Seguradoras.

É fato sobrejamente significativo que a abolição do prejudicial anacronismo da aquisição CIF traduziu-se em resultado positivo para o importador brasileiro. A melhoria verifica-se pelo próprio custo do seguro, que antes constava no preço global da mercadoria. Presentemente, com a criação de uma tarifa brasileira, semelhante custo é sujeito a exame e debate dentro dos nossos limites territoriais. Não obstante, tanto a regulação dos sinistros como o respectivo pagamento das indenizações são levadas a cabo dentro das nossas fronteiras, uma vez que o foro dos contratos é no Brasil.

Atualmente, os seguros de importações são realizados no mercado interno em bases que de forma alguma podem ser superadas por qualquer sistema estrangeiro, tanto em sua estrutura econômicas, como técnica e financeira. Ao contrário, as diferenças que aparecem constituem-se em indiscutível benefício aos importadores brasileiros, desde a ampliação da cobertura, estendida ao reembolso de impostos, até o próprio depósito parcial de prêmios no tocante a averbação provisória. A nova sistemática, após estruturada satisfatoriamente, já alcançou os mesmos padrões técnicos e funcionais dos seguros anteriormente colocados no exterior, porém superando-os em termos de benefícios práticos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A agressividade brasileira nesse setor já se faz sentir, e sem dúvida alguma, alcança índices realmente marcantes. Ora, pela primeira vez na história cambial do chamado "serviço de seguros", o nosso país conseguiu em 1971, fechar com um superavit de sete milhões e 300 mil dólares. No entanto, entre o período de 1947 a 1970, o Brasil registrava um déficit cambial acumulado de 210 milhões de dólares, ou seja uma média anual deficitária de nove milhões de dólares.

Finalizando, faço questão de sublinhar que o nosso país está ativando sobremaneira a aceitação de seguros de outras nações, o que torna possível equilibrar o balanço de pagamentos. Existem, além do Instituto de Resseguros do Brasil, ainda 10 se-

guradoras nacionais com a autorização de desenvolver atividades no exterior, trazendo, evidentemente, maior arrecadação de prêmios de seguros para o Brasil. Eis, portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, os principais aspectos da importância ímpar do seguro para economia nacional.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Valho-me desta tribuna hoje apenas para encaminhar um requerimento ao Sr. Presidente da TELEPAR, solicitando seus bons ofícios no sentido de fazer reparos na Central de Telefones de Cascavel, já que é quase impraticável o uso deste meio de comunicação dado que o tom de discagem, muitas vezes não é conseguido. Quando se consegue fazer a ligação esta cai e sobretudo as interurbanas, onerando sobremaneira a economia popular, cuja súmula está em ofício ao Sr. Presidente da TELEPAR.

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Estivemos neste fim de semana no município de Castro, onde pudemos acompanhar os trabalhos que se realizam na recuperação de um dos mais antigos grupos escolares daquele município, o Grupo Escolar Vicente Machado, razão pela qual desejo hoje abordar desta tribuna uma ação do Governo Estadual que reputo da mais alta importância.

Refiro-me à dinâmica que vem sendo adotada no setor de reparos de prédios públicos, cuja coordenação compete à Secretaria da Administração.

Na caminhada pelo interior do Estado, temos observado junto aos Prefeitos e às lideranças municipais, que há um clima de entusiasmo pelo modo rápido e objetivo com que são atendidas as reivindicações para a recuperação de prédios públicos nas áreas de Educação, Saúde e Segurança Pública.

A verdade, é preciso que seja dita, é que a falta de um programa adequado à conservação dos prédios públicos estaduais fez com que centenas dessas unidades fossem relegadas a uma situação de verdadeira calamidade, trazendo como consequência grave prejuízo ao funcionamento normal e aos serviços para os quais ditos prédios foram destinados.

Compreendendo tais aspectos pela precariedade das edificações públicas e sentindo a necessidade de melhor conservação do acervo patrimonial que elas representam, o atual Governo instituiu em bom tempo o programa especial de reparos, cabendo sua coordenação à Secretaria de Administração.

Para que se tenha uma idéia de sua atuação neste setor, basta lembrar que referido programa que dispunha inicialmente de uma verba de 5 milhões de cruzeiros, necessitou de suplementação ao ponto de, na semana passada, já ter atingido um total de 15 milhões, aplicados em convênios com cerca de 120 prefeituras, permitindo a recuperação de aproximadamente 350 prédios públicos.

Um detalhe importante é que desse total cerca de 80 por cento são prédios escolares.

Para os municípios tais convênios trazem ainda outras vantagens, pois os recursos são integralmente do Estado, cabendo às Prefeituras apenas a administração e fiscalização das obras.

Ao lado de tais aspectos altamente positivos, apenas com o objetivo de fazer justiça, cumpro-me salientar a atuação firme e vibrante do Secretário da Administração, João Elisio Ferraz de Campos, que tem percorrido este Paraná, tem conhecido de perto os problemas no setor aqui abordado, tem dialogado com os Prefeitos, tem, enfim, vivido em toda sua extensão o programa que sua Secretaria coordena.

Basta que se observe que quase metade dos municípios do Estado, nesse curto período do Programa Especial de Recuperação, já firmaram convênio com o Estado e mais de uma centena de obras estão em execução.

É justo que admitamos as críticas quando construtivas, assim como me parece justo que reconheçamos os méritos daqueles que vivem em toda a plenitude a função pública, na busca das soluções que atendam aos anseios da coletividade.

Desejo assim manifestar desta tribuna um voto de louvor ao Sr. Secretário da Administração, pelo sentido sério, pelo dinamismo e pela forma como vem coordenando em sua Pasta o referido Programa de Recuperação de Prédios Públicos”.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito. Sr. Deputado Egon Pudell.

O SR. EGON PUDELL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “O Congresso da Asta, pelo fato de ser realizado no Brasil, abre um novo horizonte para as atividades do setor turístico nacional. O entusiasmo tomou conta da EMBRATUR em prol de uma maior conscientização das nossas potencialidades turísticas, com uma convicção ímpar de que semelhante indústria geradora de divisas será fortalecida o mais brevemente possível. Ora, o nosso Estado teve efetiva participação no Congresso supra mencionado, dando cumprimento aos propósitos e metas de desenvolvimento do Governo paranaense.

Assim sendo, o “stand” turístico do nosso Estado ofereceu aos congressistas do mundo inteiro ali reunidos, brindes de artigos industriais como Mate Leão, Café Solúvel Cacique e porcelana de Campo Largo, além de folhetos promocionais elaborados pelo Governo do nosso Estado e a rede hoteleira paranaense. Entrementes, a maior parte dos participantes do Congresso da Asta está efetuando um “rush” de visitas aos principais pontos turísticos do Paraná, notadamente em Foz do Iguaçu. Como é notório, quase a metade dos congressistas — cujo número entre agentes de viagens, hoteleiros e empresários chegou a 5.000 pessoas — revelaram sua preferência pelo nosso Estado. Trata-se, pois, de uma vitória líquida e certa do Paraná no contexto turístico internacional.

Aliás, o Paraná sempre possuiu uma posição privilegiada no setor turístico. A própria Capital do Estado já aúfere presentemente de uma respeitável imagem internacional. A cidade de Curitiba, Sr. Presidente, Srs. Deputados, conseguiu impor seus padrões urbanísticos como elemento de expressão. Para não subestimar o relevante papel de iniciativa particular que assumiu suas responsabilidades no que diz respeito à hospitalidade, transporte e “souvenirs” de característica primorosa. Hoje em dia Curitiba sente imenso orgulho com sua moderna Rodoferroviária e também, com os mais variados programas de animação que são, sem dúvida alguma, os nossos museus, praças, parques e teatros.

Possuidor de condições fundamentais, que são a paisagem e o potencial manifestado pelos turistas, o nosso Estado espera agora convicto de colher inofismáveis frutos e explorar de maneira racional a chamada “Indústria sem chaminé”. Neste particular, o exemplo de Foz do Iguaçu é altamente revelador, pois no decorrer do ano findo recebeu quase 200 mil visitantes estrangeiros. Sabe-se que cada um desses turistas gastou 75 dólares ou 600 cruzeiros por dia. Portanto, o turismo internacional deixou em Foz do Iguaçu nada menos do que 20 milhões de dólares ou 160 milhões de cruzeiros, durante o ano de 74. Somente em outubro do ano em curso, além de promoções dos rosacruz e outras de cunho científico, Foz do Iguaçu foi a sede do X Encontro Nacional das Empresas de Crédito, com mais de 200 participantes.

Ora, o semanário teve uma ênfase fora de regra pela alta importância do temário, que debateu as possibilidades das empresas estatais adquirirem letras de câmbio, crédito especial para refinanciamento da venda ao consumidor final, formalização do redesconto de liquidez posto em vigor pelo Banco Central.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sinto orgulho como paranaense por uma vitória sem precedentes alcançada recentemente na Europa pelo Café Solúvel Pelé. Apresentado pela Companhia Cacique de Café Solúvel, na 31ª Feira Internacional de Polvdiv. na Bulgária, o produto obteve a mais alta condecoração entre todas as amostras comestíveis ali expostas. Ora, a Câmara de Comércio e Indústria da Bulgária conferiu aquela cobiçada Medalha de Ouro, excelente e famoso café do Paraná, numa competição de 70 países e realizada na mais importante exposição do leste europeu. Trata-se de uma conquista fenomenal e, ao mesmo tempo, uma resposta aos céuticos e pessimistas que nutrem eternas dúvidas sobre a nossa brilhante projeção no texeior”.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em 71, neste nosso Estado, representando o Sr. Ministro da Agricultura, uma equipe do Ministério efetuou um contrato com a assistência do Governo do Estado, a fim de dar melhor assistência aos nossos agricultores.

Pretendia-se naquela época, através de contrato de compra e venda, entre os agricultores e o Ministério da Agricultura, de uma colhedeira marca “Vistula”, modelo KZB-3-B, para trigo e arroz e soja, equipada com motor diesel, de fabricação iugoslava, modelo 6 cilindros, com 65 HP.

Muito bem. A preocupação do Governo da época era dar assistência ao agricultor paranaense.

Mas, o que aconteceu é que essa colhedeira, doada através do Ministério da Agricultura, aos agricultores paranaenses. E, até o dia de hoje, inúmeros agricultores procuraram o Ministério da Agricultura para rescindir esse contrato.

Existe, mesmo nesse contrato, uma cláusula pela qual vai até o ano de 77, o pagamento vinculado com o Ministério da Agricultura.

E, por que os agricultores querem rescindir o contrato? É que, até o dia de hoje, são poucas e raríssimas as colhedeiças que, efetivamente, estão trabalhando. Não há condições de operação dessas colhedeiças. E a agricultura paranaense, já sobrecarregada com inúmeras dificuldades, e ainda mais, partindo da orientação do Governo Federal, pensando o Governo que iria contribuir para melhoria da vida da família agrícola paranaense, com esses contratos.

A agricultura clama mais que isso, rescindir esses contratos e devolver essas colhedeiças ao Ministério da Agricultura. Porque as mesmas nunca funcionaram e foram distribuídas diretamente pelo Ministério da Agricultura, através da importação direta e com o respaldo do Governo Federal.

E agora, o que acontece com os agricultores? Simplesmente não conseguem receber as importâncias que, até o momento, já haviam pago. E não podem pagar mais.

E este Deputado está ao lado dos agricultores, dando-lhes toda a assistência, num contrato firmado com o Ministério da época, mal informado. Talvez a medida na época fosse boa. Mas, agora não é. E enviaremos todos os esforços a fim de que os nossos agricultores tenham seus direitos resguardados.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos aproveitar esta oportunidade para reafirmar que o nosso Estado, em relação aos demais Estados da Federação, está em situação de inferioridade.

Passou-se o dia do “Funcionário Público” e inúmeros Estados, através dos seus governantes, prestaram homenagem a seus funcionários, que trabalham no Executivo, qual seja, os Srs. funcionários públicos de todos os Estados que compõem o país, tiveram o respaldo do Poder Público acreditado. Nas manchetes nacionais, nos órgãos informativos deste País, vivemos a satisfa-

ção de verificar que inúmeros estados desta federação, houveram por bem no dia dedicado ao funcionário público, através de mensagem ao Legislativo, conceder aumento de vencimentos aos funcionários públicos.

Neste Estado, onde vemos a boa intenção deste Governo através do Sr. Secretário estadual, desenvolvendo tudo de si para a grandiosidade da obra administrativa, que não é outra senão o interesse do povo paranaense, não poderá este governo ficar alheio aos sacrificados funcionários públicos, que a cada dia que passa, aí estão marginalizados na administração do atual governo.

Neste particular, queria desta tribuna formular um apelo ao mais alto mandatário deste Estado, solicitando para o seu espírito de empresário, para que faça com que a família do funcionário público estadual seja assistida através de uma mensagem enviada a este plenário para que votemos, o que será, não uma paga, mas o atendimento a uma justa reivindicação — o aumento de vencimentos.

Ao finalizar, queríamos também aproveitar a ocasião para comunicar que estamos entrando nesta tarde com um pedido de instalação, nas cidades Reserva e Cândido de Abreu de postos de saúde fixos. No último encontro realizado entre o Presidente do Funrural, entre o Secretário do Bem Estar Social deste Estado, Dr. Arnaldo Busato, entre os Procuradores do INPS e entre inúmeros outros Senhores ligados à assistência médica deste Paraná, houveram por bem dar início a trinta postos fixos, com médicos recém formados, para dar assistência permanente às pessoas carentes de assistência médica no Estado do Paraná. Como entre as trinta cidades não se encontravam Reserva e nem Cândido de Abreu, solicitamos que elas sejam incluídas, porque conhecemos suas dificuldades para se comunicarem com Ponta Grossa em razão do estado das rodovias. Desta maneira, terão essas cidades médicos residentes e, acima de tudo, leitos hospitalares para assistência imediata.

Era só, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, segundo orador inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tivemos oportunidade na sessão de quarta-feira de ocupar a tribuna para fazer uma denúncia que reputávamos, e reputamos da mais alta gravidade, qual seja de que existiam na Penitenciária Central do Estado dezenove ou dezesseis detentos, como afirma o Sr. Presidente da Penitenciária, portadores do bacilo de Koch, da tuberculose.

Fomos bem intencionados como sempre fizemos nesta Casa. Jamais querendo acusar impacto à opinião pública ou sensacionalismo.

No dia posterior fomos entrevistados pelo Canal 4 para que disséssemos da origem de nossa denúncia. O fizemos num tape que, talvez por ter sido um pouco longo, foi cortado de acordo com a limitação de horário que tem o Jornal Nacional nas notícias regionais.

Nesse mesmo dia em que a nossa entrevista foi ao ar, o Sr. Valeixo, Diretor da Penitenciária, maldosa e sob todos os aspectos recriminada a atitude daquele cidadão, tentou e conseguiu nos jogar contra a opinião pública e contra os familiares do Sr. Cecílio Rego Almeida de quem somos amigos particulares.

Em razão das maldosas palavras daquele cidadão não poderíamos deixar de, na sessão de hoje, refutar aquelas insinuações o que fazemos através de um expediente que passamos a ler para os Srs. Deputados.

(Lendo): "A grosseria, a má fé, a emulação, a deturpação constituem as armas daqueles que querem tapar o sol com peneiras, na fracassada intenção de desvio da seriedade, da gravidade, dos fatos comunicados à opinião pública e que estão a exigir providências reais e humanas.

Não tenho desejo de travar polêmicas com o Exmo. Sr. Dr.

Juiz de Direito da Vara de Execuções Criminais, merecedor do nosso respeito e nem com o Diretor da Penitenciária Central do Estado, mas condeno as omissões, quando elas poderão redundar em problemas gravíssimos.

O que não posso admitir é que o Dr. Valeixo, Diretor da Penitenciária, ao refutar a nossa afirmação, queira deturpar o nosso objetivo, limitando-se ao caso pessoal do detento Edson de Tal autor do sequestro do filho do industrial Cecílio Rego Almeida.

O jornal "O ESTADO DO PARANÁ", em editorial publicado no dia 31 de outubro último, com serenidade e isenção, sob o título DOENÇA NO PRESÍDIO, com rara felicidade comungou do mesmo sentimento que ditou a nossa denúncia e nosso apelo. Poe humanidade e por necessidade, alguma providência deverá e precisa ser urgentemente tomada. Tomara tenha o Diretor da Penitenciária lido e meditado profundamente a respeito das verdades contidas naquele editorial e que, afinal, venha a concordar conosco, reconhecendo que nossa intenção, ao contrário do que imagina, é no bom sentido.

Temos conhecimento de causa. Sabemos do esforço desenvolvido pelo Secretário da Justiça Sr. Túlio Vargas, na tentativa de solução dos problemas de sua Pasta. Não queremos porém, aceitar que no compasso de espera, se ponha em risco vidas humanas, se condene, duplamente, os apenados.

Queremos real solução e humana para um grave problema, o qual não deve ser transformado em instrumento de celeuma, mas que precisa ser encarado com responsabilidade e sem falsos melindres".

Tivemos a oportunidade, em Paranaguá, de conversar (fazendo um parêntese aqui, no meu requerimento) com o Sr. Túlio Vargas, no sábado, quando da inauguração do Fórum daquela cidade, quando então dissemos da nossa intenção. Ele nos compreendeu, eu disse a ele daquele imperativo, e que hoje refutaríamos aquelas afirmativas do Diretor da Penitenciária, Dr. Valeixo.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Inicialmente, Sr. Deputado, para cumprimentar a V. Exa. e dizer que tenho V. Exa. na conta de um dos parlamentares mais sérios e que desta tribuna se tem ocupado de assuntos do mais alto interesse da coletividade e pretendo, eminente Deputado, tão somente para externar meu ponto de vista, dizer que eu assisti a entrevista concedida a um canal de televisão, pelo Diretor da Penitenciária Central de Piraquara e na oportunidade, aquele Bacharel admitira a existência de presidiários portadores do bacilo de Koch e que, no entanto, estavam sendo assistidos por um fisiologista de renome nos meios médicos da Capital e que estavam recebendo tratamento condigno e se fez menção a determinado presidiário, quero acreditar que não foi, absolutamente, em momento algum, tentando agredir V. Exa. e quero crer também que não quis estabelecer qualquer ligação com V. Exa. que, segundo o Diretor, participou de assalto à mão armada e no sequestro do filho do industrial.

Apenas fiz menção porquanto na administração da penitenciária existia um único pedido de hospitalização fora da penitenciária, que havia sido requerido por este presidiário. Ele se aventurou a citar aquele preso como tendo sido talvez o denunciante da existência de portadores do bacilo de Koch entre a população carcerária da Penitenciária Central.

Conheço o Diretor da Penitenciária e quero acreditar que em instante algum pretendeu o Diretor agredir V. Exa. Pelo contrário, senti nas entrelinhas daquela entrevista, que deu credibilidade à denúncia que V. Exa. fez, tanto que confirmou a existência de tuberculosos na Penitenciária Central, aludindo ao fato de que estão sendo tratados condignamente.

É esta a nossa posição.

O SR. NELSON BUFFARA — Cumprimento a V. Exa. pela sagacidade, astúcia e pela inteligência e habilidade que possui

qualidades que se não as tivesse não seria o Líder do Governo, como o é, onde vem desempenhando sua função a contento, conseguindo, com rara felicidade, levar os problemas sérios que surgem nesta Casa, ao Executivo.

No entanto V. Exa. permita dizer que a maldade daquele cidadão foi caracterizada de forma tal que tive a noite que dar satisfações do meu comportamento à família do Sr. Cecílio Almeida que estava apavorada com o que tinha ouvido na TV. Tive contato com a ilustre dona Rosita, esposa de Cecílio, de quem quem sou amigo particular e no instante do sequestro fui a casa deles, me solidarizar com seu sofrimento, na qualidade de pai que sou de seis filhos.

Não admito que joguem acusações contra mim, a ponto de ter sido procurado por Henrique Almeida, irmão de Cecílio, para perguntar por que razão teria advogado aquela causa.

Portanto, minha ira contra a maldade deste cidadão Dr. Valeixo, que não conheço e nem quero conhecer.

O SR. NILSO SGUAREZI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Também assisti a entrevista do Sr. Diretor da Penitenciária e desconhecia totalmente a existência na Penitenciária, de casos de tuberculose.

Mas, o que me chamou a atenção foi que, na qualidade de Diretor da Penitenciária, e vale dizer, representando o Estado, como órgão repressor, tenha o diretor voltado a um estágio anterior ao atual em que vivemos, no sentido de penas. Todos sabem que a evolução do sistema penitenciário foi lenta. Passou por diversas fases. A vindita privada caracterizava o sistema de pena, antes que a humanidade tivesse um sentido propriamente de recuperação do criminoso. Hoje encaramos a pena, não como castigo, mas como possibilidade de recuperação e reintegração do cidadão no seio da sociedade.

Ora, o Diretor da Penitenciária, falando pelo Estado, entrando em casos particulares como entrou, está, quer me parecer, voltando a fase em que se autorizava a família da vítima a proceder ao castigo, e não à recuperação do criminoso.

Neste ponto, parece-me estar um tanto despreparado o Diretor da Penitenciária por desconhecer esta evolução do Direito Penal. É que não se admite mais hoje a vindita privada. Todos são iguais perante a Lei.

O Diretor da Penitenciária não poderia exemplificar um caso, como disse V. Exa., em seu entendimento, agindo maldosamente, mas sem que agisse maldosamente, funcionalmente é ao discriminar um caso. Porque todos os detentos da Penitenciária Central do Estado, para o Diretor, devem receber o mesmo tratamento. No momento em que houver a discriminação de um preso só, aquele diretor está discriminando os presidiários, porque exatamente, está dando prioridade talvez para uma vindita privada, talvez para deixar se levar pela vingança de amigos seus.

Então aqui o reparo que eu gostaria de fazer, da entrevista do Diretor da Penitenciária, não podemos louvar a vindita privada.

Outro aspecto que gostaria de ressaltar. V. Exa. trouxe um problema real, o próprio diretor confirmou. Portanto, não há necessidade de esconder isto, que o nosso sistema penitenciário necessita de uma reforma. Haja visto que ainda há poucos dias, a Sociedade Brasileira de Criminologia endereçou memorial ao Sr. Ministro da Justiça, pedindo a sustação da vigência do novo Código Penal previsto, para ter vigência a partir de 01 de janeiro de 76. E na argumentação que a Sociedade de Criminologia Brasileira fez, uma das razões é que o novo código encontrará dificuldade na aplicação da pena em si, com o atual sistema penitenciário.

Diz aquele criminólogo de que o novo código irá vigorar juntamente com o Código de Processo Penal, que vai estabelecer a sistemática da aplicação da pena de maneira como o detento terá que cumprir a pena. Mas que se aguarda então, estudos e a implantação, juntamente com o Código de Processo Penal.

Mas apenas para ressaltar, que não há nada o que esconder, o fato de terem tuberculosos na Penitenciária mesmo porque, deve ter sido pessoas ou detentos que chegaram lá com o mal, mas são os cuidados mais essenciais da Penitenciária, de que este mal não se alastre. Portanto, mesmo que fosse descabida a denúncia de V. Exa., porque não o é, assim mesmo teria como advertência e como muito bem frisou um jornal da Capital, um editorial que também tive conhecimento. Valeria a denúncia de V. Exa. como uma advertência. Portanto, acredito de que se deve tributar a V. Exa., principalmente à esta Casa, que V. Exa. não fez nenhum caso particular, não foi esta a sua intenção, mas sim a intenção de dar a devida advertência ao nosso sistema penitenciário para que o cuidado fosse redobrado.

Congratulo-me com V. Exa. pela boa oportunidade, pela seriedade e honestidade da denúncia que foi realmente comprovada pelo próprio Diretor da Penitenciária.

O SR. NELSON BUFFARA — Agradeço ao Deputado Sguarezi, inclusive vejo que V. Exa. leu e analisou este editorial. Numa análise fria, com isenção de ânimo, o que ocorre neste episódio lamentável que involuntariamente, eu me vi envolvido.

Concluindo, para depois eu fazer uma apreciação ao que me foi dado pelo Deputado Ivo Thomazoni, eu não sou médico sou bacharel, mas pela noção que tenho das coisas, eu admito de sua consciência, Deputado Thomazoni, que todo caso de tuberculose merece um tratamento especial, seja neste ou naquele Estado ou não, a evolução do problema dos brônquios, dos pulmões, falo genericamente, não entendo porque não é de minha profissão, mas eu falo com bom senso, os Srs. hão de convir comigo, que todo doente portador de doenças infecto-contagiosas, não pode ficar numa casa de detenção, superlotada, como é aquela, da Penitenciária do Estado. Mas, concluindo, digo que: (continua lendo): “É o que eu exijo e espero para não ter que recusar medidas mais enérgicas, pois meu propósito é o de solução, sem arroubos, sem falsos melindres, sem deturpações maldosas, sem agressões insólitas, sem desmentidos comprometedoramente, visados pois nada disso representa medida eficaz.

Solução é que reclamo, e urgente, para que não tenha que continuar apelando para o bom senso, para que não precise verberar irresponsabilidades, e um futuro próximo.

Acredito, sinceramente, que os homens públicos do meu Estado irão adotar as providências que se fazem necessárias, pois elas serão exigidas pelo próprio Governador do Paraná, que tenho certeza, é bem mais compreensivo e humano, mais realista e atuante”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, um outro assunto me traz à tribuna, com referência a inauguração do Fórum da Comarca de Paranaguá.

Estavam presentes, naquela solenidade, o Sr. Governador do Estado, o Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Henrique Nogueira Dorfmond, vários desembargadores, enfim, toda a família forense ali se fez representar, oportunidade em que se inaugurou aquele prédio de uma beleza verdadeiramente arquitetônica. Pois Paranaguá foi a primeira cidade do Paraná, onde se iniciou a nossa civilização.

Apresento, Sr. Presidente, um requerimento, pedindo a transcrição do discurso proferido pelo Presidente do Tribunal de Justiça, Henrique Nogueira Dorfmond, que está vasado nos seguintes termos:

(Lê): “Ao nos ser dada a honra de presidir a solenidade de inauguração do novo edifício do Fórum da Comarca de Paranaguá, queremos testemunhar de alguma forma o júbilo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, com este ato, vir ao encontro dos anelos de progresso e expansão de uma comunidade, que, ao longo de sua história tem sabido evidenciar sua vocação cívica e seu ânimo de contínua renovação.

Foi na Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, criada por Carta Régia, de 28 de julho de 1648, que se iniciou

a civilização paranaense para, só mais tarde, ascender ao planalto curitibano. E foi também aqui se plantou o germe da Justiça do Paraná, mercê da instalação do Pelourinho, em 6 de janeiro de 1646.

As novas instalações, com que hoje dotamos o movimento forense local, evocam, assim, todo um passado de glórias e árduas conquistas, fazendo-nos remeontar ao pioneirismo do patriarca Gabriel de Lara, a quem coube incentivar a povoação do incipiente núcleo populacional que brotara no litoral sul — Brasil Colônica.

É por certo um passado heróico, que o cultivo das tradições vem mantendo vivo para lembrar ao Paraná e autenticidade de suas origens e o fluir vitorioso de sua historicidade, em que avultam nomes tão proeminentes como Floriano Bento Viana, Manoel Antonio Guimarães, Manoel Francisco Correia Júnior, Brasília Itiberé da Cunha, Ildelfonso Pereira Correia, Fernando Amaro de Miranda, Íria Correia e Júlia Maria da Costa, José Pereira dos Santos Andrade, Leônico e Leocádio José Correia, Nestor Victor dos Santos e tantos outros filhos ilustres desta terra.

Mais além, do significado material desta hora, hora de regozijo, em que nos é dado viver a íntima satisfação do dever cumprido no atendimento às expectativas da população jurisdicionada por esta Comarca, espelha a transcendência espiritual desta sessão solene, pois o que se está a corporificar neste edifício é a presença efetiva e inelutável da Justiça do seio de uma coletividade, como elemento de ordem e estimulante de prosperidade, de riqueza, de irreversível aperfeiçoamento.

É a presença da Justiça, indubitavelmente, a garantia da reciprocidade que deve prevalecer entre direitos e deveres, quanto é a preservação do caráter democrático e a chancela do princípio de igualdade jurídica, restabelecendo a todo o momento o equilíbrio entre os interesses individuais e o bem comum, por modo que nem o Estado transforma o indivíduo numa abstração e o dilua, nem o falível arbítrio do indivíduo se sobreponha à organização institucional do Estado.

A soberania moral do preceito que afirma serem todos iguais perante a lei, conforme consubstanciado no artigo 153 de nossa Carta Magna, deve ser enfatizada no preciso instante em que confiamos ao povo parnanguara um novo Fórum, acordando em todos nós o imperativo de reverenciar a dignidade humana em toda pessoa, a despeito das distinções artificiais de situação, a que não raro têm sido condicionadas as massas pela irracionalidade.

É o aparelho judiciário que sustém a vida civilizada, impedindo-lhe o esboroamento a serviço dos caprichos transitórios e mesquinhos de minorias privilegiadas, porquanto ele se impõe como dispositivo controlador de convivência, estendendo a proteção jurídica e quantos se sintam esbulhados pela força e procurando no Direito a sanção para os abusos e a reparação para os danos.

A casa que ora nos acolhe reflete, na solidez de sua estrutura, a estabilidade que a organização da Justiça faz sobrepair à convulsa movimentação das forças sociais em seus naturais entrecosques, harmonizando-as em função do desejo comum de prosperidade e paz coletivas.

Por isso tudo, esta solenidade se agiganta em alcance e profundidade revivifica em todos nós o que de mais nobre há na alma humana — o supremo ideal de equidade, como concretização do espírito solitário que identifica os homens na comunhão de seu princípio e seu destino — e nos unge a intimidade do ser com a fé no porvir da humanidade.

E, por tudo isso, às autoridades e a todos os cidadãos de Paranaguá entendemos nossas congratulações a homenagem de nosso mais profundo respeito.

O Dr. Hugo Pereira Corrêa, Presidente da Associação dos Advogados de Paranaguá, pronunciou o seguinte discurso naquele acontecimento que muito enobrecceu aquela cidade litorânea, a

minha cidade de Paranaguá: (Lendo): "Na grande moldura desta solenidade, eis-nos, reunidos, nesta magnífica catedral da justiça, marco arquitetônico — que se integra ao patrimônio da comunidade parnanguara.

Forte na sua contextura — alteia-se, numa afirmação de perenidade, para abrigar dignamente, o poder togado, poder que propicia à sociedade — JUSTIÇA — e com ela, respeitabilidade, confiança e tranquilidade.

É como se fosse a motivação — das sociedades civilizadas — que é o mais além... esse mais além atraidor do desejo humano de marchar, de ascencionar, numa repetição perene do ideal que compele para a frente e para o desconhecido — símbolo dos vigores da nossa gente, a abrir caminhos — na imensidão dos nossos sertões virgens para amealhar as esmeraldas que lhe seriam peregrinas.

Fizemos referências — pontos de afirmação. Motivações, porventura, permitidoras ao homem — com sua força — divague e oportunise situações para exordiar contactos com este — que fraternizam.

Unidos e fraternizados — ante ato tão presenteiro para todos nós — que constituímos a família forense de Paranaguá — sinto-me honrado — nesta solenidade, — em nome da Associação dos Advogados — dizer que não é outra coisa que a fusão dos mais elevados sentimentos.

Dizer que Governantes e Magistrados têm um dever comum manutenção do Direito e da Liberdade.

Outro colega, com maior brilho e profundidade lhes transmitiria.

Mas, devo dizer, e disso me ufano — a minha manifestação — tem o conteúdo da sinceridade, da admiração e do respeito.

Do respeito — que o evento exige pela sua magnitude — e que se demonstra pela justiça — que se presta à Justiça.

Esta conquista, é, portanto, um motivo de júbilo para todos nós, porque, mais talvez, do que trazer as comodidades materiais, de que tanto se ressentia a Comarca, expressa, por outro lado, o reconhecimento, o prestigiamento e o respeito do Legislativo e do Executivo paranaense — ao Judiciário — ao qual se alcandorada missão de praticar, com serenidade, aqueles princípios de Justiça.

Que o marco dessa inauguração, seja missão que se impõe à nossa consciência jurídica — que no pórtico desta Catedral — possa sempre permanecer inscrita — a Justiça e a Liberdade.

E neste momento, devemos lembrar e homenagear — todos os Juizes — representantes do Ministério Público, Serventuários da Justiça, Advogados, que labutaram nesta Comarca e os que, hoje, aqui trabalham.

A todos, que contribuíram para que se pudesse realizar, no dia de hoje, com festas a inauguração do Fórum de Paranaguá.

Meus Senhores e Senhoras — a oportunidade, pelo que de magnitude se reveste, anima-me a aproveitá-la, para sem veleidades de mestria, reviver, alguns fatos de nossa cronologia que dizem da ação da justiça em nossa Terra.

Volto as minhas vistas ao passado... e surgem aos meus olhos, aquelas velas brancas — que ao sopro forte e constante do nordeste, — como, se fossem um bando de garças num findar de tarde — recolher as suas velas e se fixar na ilha da Cotinha.

Vejo — uma pleiade de navegadores lusos — dessa estirpe de dilatadores da Fé do Império — chantarem em nossa terra, — o marco glorioso da civilização.

Vejo — essa nossa Pernogóia — no dia 06 de janeiro de 1646 — há trezentos e vinte e nove anos — ao se erguer o — Pelourinho — símbolo da Justiça da época.

"Parece-me imaginar a figura varonil — do Régulo e Matorador — Domingos Peneda — ao lado do Capitão Povoador, o grande Gabriel de Lara — dizer:

"Ao meu esforço, digo-vos com ufania, se deve embrião, o povoado, que amanhã será Vila e mais tarde Cidade. Ela é o fruto do meu sacrifício. Surge uma flor de civilização para o futuro da

Pátria que se forma. Vejo-te, Pernagoá, — na grandeza que te reserva o destino maravilhoso da moldura de tua natureza, cerca da pelo mar azul, pelo verde vivo das florestas e pelas serranias aniladas do poente. Um dia, serás grande, bela e soberana, pelo trabalho e inteligência de sucessivas gerações, que também, ouvirão falar do Régulo e Matador — Domingos Peneda, Régulo e Matador, sim, pela imperiosa necessidade de manter a ordem, a paz e o respeito.

Estas mãos engelhadas e frias, empunharam a espada, o mosquete, e o barão, para combater e castigar. Estas mãos foram manchadas de sangue, — mas, somente dos maus, dos vilões, de homicidas e roubadores, inimigos de Deus, do Rei e da Sociedade. Mãos que mataram com justiça...”

E nesse dia, instalou-se em terras parnanguaras — a Justiça — ao se erguer o monumento de pedra — símbolo da Justiça e do Direito.

Durante muitos anos, Gabriel de Lara, acumulou todos os altos cargos, inclusive de Ouvidor Geral e Alcaide Mór, chegando até com poderes que lhe davam alçada judicial.

Para se fixar o início de distribuição de justiça em nossa terra, teremos que remontar aos Juizes Ordinários das Vilas de Paranaguá e Curitiba, cuja função foi sem nenhuma dúvida, baseada no bom senso e no zelo do bem público.

Somente, em 1720, quando surgiu em nossa terra — a figura extraordinária — do benemérito estadista e magistrado — Desembargador Rafael Pires Pardini — com os seus Provimientos — houve a organização oficial da Justiça.

Rafael Pires pardini — Cavaleiro Professo da Ordem de São Tiago, do Desembargo de sua Majestade, — Desembargador da Relação e Casa da Cidade do Porto, Ouvidor Geral de São Paulo e sua Capitania, era de profunda cultura e de grande capacidade administrativa.

Através de Seus Provimientos — assentou as bases — para a distribuição da justiça — nos deixando escritas essas Provisões — preceitos fundamentais da organização jurídica de nossa terra.

Foram 178 Provimientos — que foram lidos e aprovados pela Câmara e Povo — que regulamentavam a vida da Vila em todos os campos de sua atividade, quer sociais, jurídicas, administrativas, religiosas, para que fossem dirimidas todas e quaisquer dúvidas.

Esses provimentos, que D. João V, posteriormente, confirmou, em forma de Provisão Régia, constituem importante legislação do século XVIII. Os provimentos determinavam normas e fixando atribuições para as várias justiças, limitando poderes, ampliando direitos, criando normas administrativas. Estabeleciam regras sobre o culto divino.

Regulou os limites dos municípios, sobre organizações militares. Cogitou da organização municipal, da tributação e arrecadação. Concessões de terras. Estipula sobre eleições. Legisla sobre os corpos de delito — sobre crimes — nas suas diversas modalidades.

Regulamentou sobre os tabeliães — sobre as autoridades judiciais, sobre testamentos, inventários, regimento de custas, etc.

Já previam agravos, carta testemunhável dos mandados de prender e soltar e outras regras de direito.

E no provimento de nº 177, determinou que os provimentos deveriam ser escritos num livro, que se sirva para eles e que o Escrivão da Câmara, seria obrigado a ler aos Juizes e Oficiais, todos os anos.

Esse, portanto, o documento da organização básica de nossa ordenação judicial.

Para melhor distribuição da justiça, já em 1723 — é criada a Ouvidoria de Paranaguá — atendendo aos pedidos dos habitantes e da Câmara de Paranaguá e graças a participação de Rafael Pires Pardini.

Resolveu, o Governador da Capitania de São Paulo, dividi-la em duas comarcas.

E a nossa Paranaguá — como cabeça de Comarca — e sede da 2ª — com jurisdição pela costa do mar, sobre a Vila de Iguape, Cananéia, a de São Francisco, a ilha de Santa Catarina e daí por diante até o Rio da Prata.

Para Serra Acima, abrangia, a vila de Nossa Senhora dos Pinhais de Curitiba, indo até Furnas e daí por diante, todas as terras que viessem a ser descobertas e povoadas.

Assim, Paranaguá, administrava justiça, aos povos de extensa região, onde hoje se encontra parte do litoral de São Paulo, o Paraná todo, os Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, o vizinho país, o Uruguai, até as margens do Rio da Prata.

Esse o nosso cenário jurídico do século XVIII. Essa a poderosa influência de Paranaguá — na formação territorial do Brasil meridional.

Em 1812 — a sede da Ouvidoria — foi transferida para Curitiba.

Devemos ressaltar, que após a Independência — e a proclamação do Império — dividido em províncias, obedientes ao poder central que adotou nova organização judiciária — fomos a sede do Juizado da 5ª Comarca de São Paulo, até a época de 1853 — quando da Emancipação Política de nosso Estado.

E logo, após, a inatlação da nossa província — a lei nº 02 de 26 de julho de 1854 — atendendo às necessidades da nova Província — criava 3 comarcas: uma no Litoral e duas em Serra Acima.

1ª — Comarca da Capital — compreendendo Curitiba — São José dos Pinhais e Príncipe.

2ª — Comarca de Paranaguá — compreendendo os municípios de Paranaguá, Antonina, Morretes e Guaratuba.

3ª — Comarca de Castro — compreendendo os municípios de Castro e Guarapuava.

Em 1853 — quando de nossa Emancipação Política — havia somente um Juiz de Direito na Comarca — que tinha que percorrer todo o extenso território paranaense — a fim de orientar e distribuir justiça, ora descendo à marinha, ora subindo para os Campos Gerais. Esse magistrado viajava mais de 200 léguas por ano.

E, hoje, graças ao progresso de nosso Estado, temos a organização judiciária que honra o nosso País.

E, nesse dia, de Todos os Santos — neste instante, quando inauguramos — o Forum de Paranaguá — é mais um marco de progresso em nossa vida jurídica.

É o quarto Forum — com edifício próprio, que Paranaguá possui. E, por uma coincidência histórica — o nosso Forum, ora inaugurado — está localizado na Avenida Gabriel de Lara — a quem coube a glória de erguer o Pelourinho — iniciando e solidificando o domínio da Ordem e da Lei em nossa Terra.

A nossa terra sente-se honrada e grata a todos que contribuíram para a construção e inauguração de mais uma Casa de Justiça.

Neste instante, não poderemos esquecer a contribuição valiosa dos Poderes Executivo e Legislativo de Paranaguá — na construção desta Casa de Leis, desta Casa de Justiça.

Neste templo — manteremos sempre acesa a nossa Fé e amparados por Deus.

Exmo. Sr. Governador do Estado — Exmo. Sr. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado — Eminentíssimos Desembargadores — Ilustres Juizes — autoridades presentes, Senhoras e Senhores, nobres colegas — esta é a glória de Paranaguá — Este — o ideal que hoje transmitimos ao futuro.

E, ao concluir, saudando a figura amiga e insigne do Desembargador Henrique Nogueira Dorfmond — digno Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado — estamos saudando em sua pessoa — o PODER JUDICIÁRIO — para agradecer o régio presente que nos ofereceu: esta Catedral da Justiça — e em retribuição, nós paranaguenses, oferecemos, a nossa gloriosa contribuição — na formação e estrutura jurídica do Paraná.

Esta é a nossa homenagem à Justiça do Estado

Esta a homenagem da Terra histórica dos primeiros dias do Brasil Sul — Terra da Esperança e Fé — Terra do Trabalho e Justiça — Terra do Amanhã.

ESTA — A TERRA DA MINHA GENTE.

ESTA — A TERRA DA MINHA TERRA."

Sr. Presidente, peço excusas por ter me alongado, mas o assunto que me trouxe à tribuna necessitava de esclarecimentos e, se necessário, tomarmos medidas mais práticas e violentas. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado Maurício Fruet, terceiro orador inscrito.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não há dúvida que todo mundo, e o nosso País também está incluído neste contexto, atravessa uma fase de intranquilidade, de tensão, motivada por problemas sociais e econômicos, agravador principalmente com a crise do petróleo.

Na Inglaterra os jornais noticiam atentados à bomba no Líbano, cristãos e muculmanos lutam nas ruas, irmãos contra irmãos manchando o solo daquele país com sangue santo.

Em inúmeras outras nações se vê, se nota, se observa problemas desta natureza. Entendemos que há necessidade de reflexão de muita reflexão por parte de todos nós, principalmente daqueles que têm obrigações como líderes que são, integrantes do Poder Legislativo, que é na realidade a expressão popular deste país e em todo mundo. Exigem do nosso entendimento, muita calma e muita tranquilidade e, acima de tudo, muita reflexão.

O Papa Paulo VI, na última semana interpretou em mensagem o seu pensamento, quando "condenou o armamentismo e as ideologias irredutíveis, o principal obstáculo à paz. Entre as ideologias classificadas assim, Paulo VI mencionou o nacionalismo, o comunismo e o capitalismo egoísta, todas elas "intoxicadas pelo ódio".

"Segundo o Papa, a Conferência de Helsinqui fez reviver as esperanças de que a paz está ganhando terreno, embora não tenha acabado com a corrida armamentista, que causa arrepios de temor.

"Temos a justificada suspeita de que o comércio de armas pouco a pouco alcança os mais altos níveis nos mercados internacionais por causa de um sofisma obsessivo: a defesa. Essa obsessão, é planejada como alguma coisa puramente hipotética e acarreta uma competição que, — por paradoxal que pareça — só pode assegurar a paz através de seu equilíbrio.

"A Paz, segundo admitimos é obra de uma contínua cura terapêutica, porque sua saúde é precária por sua própria natureza. Pobre paz. Quais são, então, suas armas? O terror de insuportáveis e fatais conflagrações que poderão dizimar, aniquilar a humanidade? A resignação ante uma série de absurdos como o colonialismos ou o imperialismo?"

"Em vez de participarem de corridas armamentistas, os Governos deveriam — "recorrer energicamente às armas morais, e só assim garantir efetivamente a paz".

Srs. Deputados, no mesmo dia em que o Papa Paulo VI enviava esta mensagem, os Bispos brasileiros em documento elaborado em Itaici, intitulado "Não oprimas teu irmão", referiu-se o texto: "Acontecimentos — "que vêm inquietando a tranquilidade social e a consciência cristã" — prisões indiscriminadas de jornalistas, operários e outros profissionais, em São Paulo e em todo o país".

"Ressaltando que — "nem mesmo o crime justifica a violação dos direitos humanos" — os Bispos reiteraram em Itaici as graves advertências contidas em sua mensagem anterior denominada "Testemunho de Paz", elaborada em junho de 1972".

O MOMENTO internacional e nacional exige reflexão, pede tranquilidade, não quer o radicalismo, quer isto sim encontrar um denominador comum.

Permitam-me, Srs. Deputados, que citeiros aqui o pronun-

ciamento feito pelo Rabino Henry Sobel por ocasião da Missa Ecumênica realizada em São Paulo, em homenagem ao jornalista Wladimir Herzog. Disse o Rabino: Estou aqui, como rabino, num templo católico porque um homem morreu. Não apenas um judeu, mas um homem. E os direitos do homem devem ser respeitados, sejam eles de que religião, raça ou nacionalidade forem".

O reverendo Jaime Wright, falando em seguida, relembrou a mensagem do salmo 23 de David, afirmando: "O Senhor é o meu pastor. Nada me faltará. Deitar-me faz em verdes pastos. Guia-me mansamente a águas tranquilas. Refrigerar a minha alma. Guia-me pelas veredas da justiça por amor ao seu próprio nome".

Em seguida o cardeal D. Paulo Evaristo Arns, enviou esta mensagem:

"De fato, Deus é o dono da vida. Ninguém toca impunemente no homem, que nasceu do coração de Deus. Deus faz questão de comunicar constantemente aos homens, que é maldito quem mancha suas mãos com o sangue de seu irmão.

Nem as feras do apocalipse hão de cantar vitórias, diante de um Deus que confiou aos homens sua própria obra de amor".

Finalizando, Srs. Deputados, o Presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, Audalio Dantas, assim se manifestou:

"Em nome de Deus, em nome do homem que é Deus, porque Deus também se fez homem peço que todos saiam da Catedral para seus trabalhos e suas casas em silêncio e em paz".

E é esta paz, e é este silêncio, e é esta reflexão que entendemos possa nos conduzir aos caminhos que todos nós democratas que somos, representantes do povo desejamos.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — V. Exa. permite um aparte?

O SR. MAURÍCIO FRUET — Permita-me eminente Deputado antes de conceder o aparte que me refira ainda a mais dois fatos.

O que desejamos, representantes do povo brasileiro, é que seja respeitada a Constituição do nosso país. E a lei complementar na reforma de 69 afirma taxativamente: "Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita da autoridade competente. A lei disporá sob a prestação de fiança. A prisão ou detenção de qualquer pessoa será imediatamente comunicada ao juiz competente, que a realizará, se não for ilegal".

Nós desejamos, como homens do MDB, do Movimento Democrático Brasileiro — eu não diria, eu não desejaria qualificar apenas o nosso Partido — mas como homens cristãos, como homens que crêem em Deus, desejamos que aqueles que praticam atos de subversão, como aqueles que praticam atos de corrupção sejam punidos devidamente, aqueles que agem na ilegalidade, recebam a pena prevista em lei. Porém, queremos pedir apenas isto: que seja respeitada esta disposição constitucional e acima de tudo, Srs. Deputados, que cada País, com calma, com tranquilidade, com reflexão, respeitem o documento que no próximo dia 10 de dezembro irá comemorar 27 anos de existência no mundo, a DECLARAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS, formalizado na ONU, em 10 de dezembro de 1948, por resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas. E aí, eminentes Deputados, está a forma cristã, com que todos nós desejamos que sejam tratados os nossos irmãos, irmãos do Paraná, irmãos do Brasil e irmãos em todo o mundo.

A nossa mensagem desta tribuna é uma mensagem de paz, de tranquilidade e acima de tudo de muita reflexão, pois cabe a nós, como líderes de comunidade, zelarmos quanto ao povo do nosso Estado e à nossa Nação, e ao mesmo tempo, de todas as formas e de todas as maneiras, procurarmos alcançar a pacificação, que é o desejo de todas as famílias brasileiras.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Muito oportuno e brilhante o pronunciamento de V. Exa..

Realmente nós precisamos de paz, mas meu caro Deputado, como conseguir paz se a guerra existe, sobrevive, permanece

dentro do Homem?

Realmente V. Exa. tem razão, há necessidade de reflexão para que a reeducação interior da criatura humana possa ocorrer, a educação mental; mas meu caro Deputado, como imaginarmos o encontro a curto prazo, com esta paz e com esta felicidade que todos nós desejamos para a humanidade, se as religiões ainda insistem em conservar o Cristo pregado na cruz?

Este Cristo a que V. Exa. acaba de citar e que é um exemplo autêntico de mansidão, amor, respeito à criatura porque deu a vida a seus irmãos. Cristo, vencedor, que já devia há muito sair da Cruz.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Eu agradeço o aparte de V. Exa. e encerrando, lembramos a conduta de um dos maiores líderes e estadista do mundo, Gandhi, na Índia, que conseguiu, no momento crucial e difícil em sua Pátria, que milhões de seres humanos caminhassem para a liberdade e para a dignidade, com amor, respeitando os direitos humanos de cada cidadão e sempre num clima de profunda reflexão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 66/75, de autoria do Deputado Benedito Lúcio Machado, que declara de utilidade pública, o Serviço de Obras Sociais — SOS, da cidade de Santo Antonio da Platina. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 88/75, de autoria do deputado Benedito Lúcio Machado, que declara de utilidade pública a Casa de Criança Recanto Feliz, com sede e foro na cidade e município de Santo Antonio da Platina. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 94/75, de autoria do Deputado Paulo Camargo, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, da cidade de Paraíso do Norte. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 101/75, de autoria do Deputado Aguinaldo Pereira Lima, que declara de utilidade pública o Hospital São Vicente de Paulo, da cidade de Tomazina. Parecer favorável da CCJ. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 73/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 161/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Departamento de Trânsito, com o município de Ibaiti, objetivando cumprir dispositivo do Código Nacional de Trânsito, na área daquele município. Parecer favorável da CCJ. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 74/75, de autoria

da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 165/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Departamento de Trânsito, com o município de Apucarana, objetivando dar cumprimento a dispositivos do Código Nacional de Trânsito, na área do referido município. Parecer favorável da CCJ. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 75/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 166/75, que aprova o Convênio celebrado entre o Departamento Estadual de Trânsito — DETRAN e o município de São Mateus do Sul, objetivando cumprir dispositivos do Código Nacional de Trânsito, na área do referido município. Parecer favorável da CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 129/75, de autoria do Deputado Alfredo Gulin, que declara de utilidade pública, a Associação de Pais e Professores da Escola Integrada Estadual América, 2ª unidade componente Dr. Ermelino de Leão, com sede nesta Capital. Parecer favorável da CCJ. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 26/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 109/74, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Saúde, objetivando pesquisa operacional sobre modelos de Atendimento ao Grupo Materno - Infantil a ser realizado em Curitiba. Pareceres favoráveis da CCJ, CF e CS. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 26/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 24 de janeiro de 1974, entre o Governo do Estado e o Ministério da Saúde, visando a pesquisa operacional sobre modelos de atendimento ao grupo materno-infantil a ser realizado em Curitiba.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de janeiro de 1974.

a) FABIANO BRAGA CORTES — Presidente

a) NELSON BUFFARA — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 109/74

1 — Com a Mensagem em exame objetivo o Senhor Chefe do Poder Executivo Estadual alcançar a aprovação deste Poder Legislativo para o Convênio celebrado em 24 de janeiro de 1974, entre o Governo do Estado e o Ministério da Saúde, visando a pesquisa operacional sobre modelos de atendimento ao grupo materno-infantil.

2 — Com a celebração do referido Convênio, exercita o Senhor Chefe do Executivo a competência que lhe é deferida pela Constituição Estadual, em seu artigo 47, inciso IX, cabendo a Assembléia Legislativa, referendá-la por força do que dispõe o art. 22, inciso VII, da mesma Constituição, o que fazemos na forma de Projeto de Resolução anexo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1974.

a) FABIANO BRAGA CORTES — Presidente

a) NELSON BUFFARA — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 26/74
P A R E C E R

O presente Projeto de Resolução, ex-proposição nº 109/74, ora submetida a exame e deliberação desta Comissão, visa aprovar os termos do Convênio celebrado em 24 de janeiro de 1974, entre o Governo do Estado do Paraná, e o Ministério da Saúde, visando a pesquisa operacional sobre modelos de atendimento ao grupo materno-infantil a ser realizado em Curitiba.

Sob o aspecto financeiro, motivo de exame por parte desta Comissão, não se insurge nenhum obstáculo que se possa antepor ao seguimento normal do Projeto.

Assim sendo, opino pelo ACOLHIMENTO da propositura. É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1974.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente

a) JOÃO FADEL – Relador

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 26/74

Oriundo da Mensagem Governamental nº 24/74, de 02 de maio de 1974, o presente Projeto de Resolução, elaborado pela Comissão de Constituição e Justiça, e objetiva aprovar o Convênio celebrado em 24 de janeiro de 1974, entre o Governo do Estado e o Ministério da Saúde, visando a pesquisa operacional sobre modelos de atendimento ao grupo materno-infantil, a ser realizado em Curitiba.

O interesse público na aprovação da medida está expresso no próprio texto do tratado.

As doudas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, já se pronunciaram favoravelmente à matéria.

No âmbito desta Comissão de Saúde Pública, nada há que possa impedir o seguimento normal deste Projeto nesta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 07 de outubro de 1975.

a) ARAGÃO DE MATTOS LEÃO – Presidente

a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – Relator

1ª DISCUSSÃO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 70/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 136/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Goioerê, objetivando elaboração e projeto de galerias de águas pluviais para obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. – Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 70/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 14 de julho de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Goioerê, objetivando a elaboração de projeto de galerias de águas pluviais para obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 01 de outubro de 1975.

a) ACCIOLY NETO – Presidente

a) FABIANO BRAGA CORTES – Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 136/75

Acompanhado da Mensagem Governamental nº 41/75, de 4 de agosto de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 14 de julho de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de Goioerê, objetivando a elaboração de projeto de galerias de águas pluviais para obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Cumprido o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os Convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 01 de outubro de 1975.

a) ACCIOLY NETO – Presidente

a) FABIANO BRAGA CORTES – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 71/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 147/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, referente a trabalhos de promoção, Assistência e Fiscalização do Cooperativismo, visando seu desenvolvimento conforme aplicação de legislação que especifica. Parecer favorável da CCJ. – Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 71/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado, em 05 de julho de 1975, pelo Governo do Estado com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, referente a trabalhos de Promoção, Assistência e Fiscalização do Cooperativismo, visando seu desenvolvimento e aplicação de legislação específica.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 01 de outubro de 1975.

a) ACCIOLY NETO – Presidente

a) DENI SCHWARTZ – Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 147/75

Cumprido disposição Constitucional, o Senhor Governador encaminha a esta Casa, para dela colher a aprovação, cópia do termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, referente a trabalhos de Promoção, Assistência e Fiscalização do Cooperativismo.

Por atender os requisitos Constitucionais e pelo interesse social do tratado, opino pela aprovação da Proposição, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

É o Parecer, SMJ.

Sala das Comissões, em 01 de outubro de 1975.

a) ACCIOLY NETO – Presidente

a) DENI SCHWARTZ – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 57/74, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar

ao município de Santana do Itararé, Ambulância Willys ano 1966 e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e CF.

PROJETO DE LEI Nº 57/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, ao município de Santana do Itararé, a viatura de placa nº CE 28-98, ano 1966, marca Willys, Ambulância, certificado nº 466361, pertencente à Secretaria de Saúde Pública e que se encontra prestando serviços naquele município.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1974.

a) GABRIEL MANOEL

JUSTIFICATIVA:

A viatura objeto da presente doação além de se encontrar integrada nos serviços sanitários do município, necessita de reparos gerais, de modo que ao Estado é conveniente transferi-la à municipalidade em questão, por motivo da referida achar-se em estado inservível.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 57/74

De autoria do ilustre deputado Gabriel Manoel, o Projeto de Lei ora em exame autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Santana do Itararé, uma viatura pertencente à Secretaria de Saúde Pública e que se encontra prestando serviços àquele município.

A proposição está em condições de ser aprovada pela Casa do ponto de vista jurídico.

Pela aprovação.

Sub-Censura.

Sala das Comissões, em 05 de agosto de 1974.

a) FABIANO BRAGA CORTES — Presidente

a) ERONDY SILVÉRIO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 57/74

PARECER

1 — Tratam os Autos de Projeto de Lei nº 57/74, de autoria do Nobre Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Santana do Itararé, neste Estado, a viatura marca Willys, ano de fabricação 1966, placa nº 28-98, certificado nº 466361, pertencente à Secretaria de Saúde Pública, e que já se encontra em uso, como ambulância, naquele Município.

2 — A Douta Comissão de Constituição e Justiça, em seu R. Parecer de fls. já pronunciou-se pela juridicidade da matéria e, porisso, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio não vê como deixar de também pronunciar-se favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei testilhado.

Pela APROVAÇÃO, é o Parecer.

Sala das Comissões, em 30 de outubro de 1975.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

a) ARAGÃO DE MATTOS LEÃO — Relator

— Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Para encaminhar a votação). Sr.

Presidente, apenas por uma questão de coerência, devo dizer que o presente projeto de lei fere frontalmente dispositivo

constitucional. Como representante e membro da Comissão de Constituição e Justiça, temos sido inflexíveis nesta questão de projetos e não poderíamos, nesta oportunidade, deixar passar o referido processo porque — data vênua — o parecer é da Legislação anterior da Comissão de Constituição e Justiça. Sem querer contrariar o entendimento daqueles Deputados, presentemente na Comissão de Constituição e Justiça, temos indistintamente rejeitado, não aceitando como constitucionais referidos projetos.

Meu voto é contrário e quero deixar minha declaração de que o faço por entender que o projeto é totalmente inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

Aprovado o Projeto de Lei nº 57/74.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 57/75, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que institui o dia 25 de julho como o Dia do Colono Paranaense, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e CF. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 57/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica instituído o dia 25 de julho como o “Dia do Colono Paranaense”.

Art. 2º — O Governo do Estado promoverá em todo o Estado, as comemorações alusivas ao “Dia do Colono Paranaense”.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1975.

a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

O Dia 25 de julho lembra a chegada ao Brasil dos primeiros colonos alemães, que se deu há aproximadamente 150 anos, no Rio Grande do Sul.

É inquestionável a contribuição que a colonização estrangeira ofereceu para o desenvolvimento de nosso país.

A data de 25 de julho, por tradição e por representar o início da colonização alemã em nossa terra, tem sido comemorada nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Nada portanto, mais justo do que se oficializar esta data como o “Dia do Colono Paranaense”, numa homenagem aos estrangeiros que para aqui vieram trazer a contribuição de seus esforços para um Brasil Grande e homenagem ao colono brasileiro que os recebeu e com eles se integrou perfeitamente para a consecução desse mesmo ideal. Daí o projeto de lei que oferecemos à elevada apreciação de nossos pares, certos de seu apoio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 57/75

Sem qualquer óbice de ordem legal a presente promoção do ilustre Deputado Werner Wanderer, opinou pois pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) NILSO SGUAREZI — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 57/75

Individualizando um dia no Calendário para o Colono Paranaense, nada mais justo do que realmente prestar homenagem à uma classe que muito contribuiu e contribue para o desenvolvimento e à economia do Estado do Paraná e do País.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de setembro de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 108/75, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores da Escolinha Tia Paula, com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 108/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLINHA TIA PAULA” — APP, com sede e foro em Curitiba, Paraná.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Fundada para a aproximação mais íntima dos educandos — Pais — Mestres — para seu próprio aperfeiçoamento, e de mais eficientemente poderem trabalhar para a formação do educando, como ser ajustado, útil e produtivo, da sociedade humana — a Associação de Pais e Professores da Escolinha Tia Paula, vem merecendo especial destaque no cenário social da cidade de Curitiba. Oportunas promoções levadas a efeito pelas operosas diretorias tem sido da maior repercussão, para o aperfeiçoamento da atividade educacional.

A declaração de utilidade pública da entidade em foco, que não tem fins lucrativos e não remunera os membros da diretoria, o conselho fiscal — se constitui em forma de reconhecimento aos relevantes trabalhos prestados.

Por esta razão, oferecemos à consideração da Casa o presente plano de lei, esperando o indispensável apoio dos eminentes deputados que integram este Poder Legislativo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 108/75

O projeto de Lei nº 108/75, de autoria do nobre deputado Ezequias Losso, tem por finalidade, declarar de utilidade pública a “Associação de Pais e Professores da Escolinha Tia Paula”, com sede e foro nesta Capital.

Verificando-se a documentação que acompanha o presente processo, e a justificativa apresentada pelo autor, temos que a mesma preenche os requisitos exigidos pela Legislação Federal e Estadual, que regulam a matéria.

Diante do exposto, temos a nos manifestar favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer, SMJ.

Sala das Comissões, em 01 de outubro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) WALDENÍCIO BARBALHO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 109/75, de autoria do Deputado José Lázaro Dumont, que dispõe sobre a obrigatoriedade de Publicação da letra e do nome do autor do Hino do Paraná, nas capas de livros didáticos e cadernos escolares impressos pelo Governo do Estado e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e CIP. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 109/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja criada uma Lei nos seguintes termos:

Art. 1º — Que seja obrigatória a publicação da letra do “HINO DO PARANÁ” e nome de seu autor, nas capas dos livros didáticos e cadernos escolares impressos pelo Governo do Estado do Paraná.

Art. 2º — Que nas solenidades escolares, de qualquer tipo, o “HINO DO PARANÁ”, seja obrigatoriamente executado ou cantado.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA:

Objetiva-se com esta Lei a preservação de nosso patrimônio artístico-cultural, estimulando, ao mesmo tempo, em nossa juventude, o amor a nossa terra e às coisas que são nossas. O “HINO DO PARANÁ”, precisa e deve ser conhecido não só pelos escolares, mas por todos os paranaenses que habitam este solo maravilhoso. Infelizmente, noventa por cento de nossa população ignora completamente que tenhamos um Hino, quanto mais seu autor.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1975.

a) LÁZARO DUMONT.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 109/75

O presente plano de lei de autoria do eminente Deputado José Lázaro Dumont, dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação da letra e do nome do autor do Hino do Paraná, nas capas de livros didáticos e cadernos escolares impressos pelo Governo do Estado e estabelece ainda obrigatoriedade de execução desse Hino nas festividades escolares.

A iniciativa parece-nos meritória pois imbuída de espírito paranista, exige a divulgação pelos meios possíveis do Hino de nossa terra.

No aspecto legal está proposta consoante as regras que informam a matéria, inclusive com respaldo constitucional.

Opinamos por sua normal tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) ENEAS FARIA — Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 109/75 PARECER

De autoria do nobre Deputado José Lázaro Dumont, objetiva o presente Projeto de Lei tornar obrigatória a publicação da letra e do nome do autor do Hino do Paraná, nas capas de livros didáticos e cadernos escolares impressos pelo Governo do Estado, bem como a execução desse Hino nas festividades escolares.

A iniciativa é das mais meritórias e justifica-se plenamente, pois trata-se da divulgação do Hino do Paraná e do nome do seu autor, o que necessita ser conhecido tanto pelos estudantes, como pela população de todo o Estado do Paraná. É uma medida que visa a preservação do nosso patrimônio artístico-cultural, incentivando em nossa juventude o amor às coisas de nossa terra.

A douta Comissão de Constituição e Justiça já se pronunciou favoravelmente à matéria.

No âmbito desta Comissão de Instrução Pública, nada existe que possa obstar o seguimento normal deste projeto por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em de setembro de 1975.

a) ROSÁRIO PITELLI — Presidente

a) NELSON BUFFARA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 111/75, de autoria do Deputado Antonio Facci, que declara de utilidade pública a Obra do Berço de Maringá, com sede e foro na referida cidade. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 111/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública a OBRA DO BERÇO DE MARINGÁ, com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 1975.

a) ANTONIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, vem prestando inúmeros e relevantes serviços à população da cidade de Maringá, no setor da assistência à maternidade e à infância.

A documentação que acompanha o presente projeto de lei bem relata a sua meritória obra justo, portanto, que haja o reconhecimento pelo Poder Público.

Assim é que esperamos o apoio dos nobres pares com assento nesta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 111/75

1 — De autoria do nobre Deputado Antonio Facci o presente projeto de lei visa declarar de utilidade pública a "Obra do Berço de Maringá" com sede na cidade de Maringá.

2 — Foram satisfeitas as exigências contidas, na lei Estadual 4399, bem assim a Legislação Federal.

3 — Referida entidade adquiriu personalidade jurídica, está em efetivo exercício, serve desinteressadamente à coletividade e os cargos de sua diretoria não são remunerados.

Parecer: pela Aprovação.

Sala das Comissões, em 29 de setembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) DÁCIO LEONEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 113/75, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que declara de utilidade pública, a Escola Cristo Rei, com sede na cidade de Marechal Cândido Rondon. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 113/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública, a Escola Cristo Rei, com sede na cidade de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de setembro de 1975.

a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

A Escola "Cristo Rei", com sede no município de Cândido Rondon, já declarada de utilidade pública por aquele município através da Lei 1012, de 11 de setembro de 1973, vem contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento educacional daquela região. A cópia dos estatutos que acompanham o presente processo, melhor especificam as suas finalidades, bem como demonstram as condições legais para que se possa ser reconhecida. Assim

é que apresentamos o presente Projeto, que por certo receberá a acolhida dos Nobres Pares com assento nesta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 113/75

De autoria do nobre Deputado Werner Wanderer, objetiva o presente Projeto de Lei declarar de utilidade pública a Escola Cristo Rei, com sede na cidade de Marechal Cândido Rondon.

A Escola Cristo Rei, cumpre eficazmente, as suas finalidades, contribuindo para o desenvolvimento do setor educacional daquela região. Pela documentação apresentada, verifica-se que os requisitos exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria estão satisfeitos.

Nestas condições, não vemos óbice algum na tramitação normal deste projeto por esta Casa, razão por que nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 01 de setembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) ENÉAS FARIA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 116/75, de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, que declara de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guaraniaçu, sediado naquela comuna. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 116/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guaraniaçu, sediado naquele município.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Os Estatutos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guaraniaçu, anexos a este Projeto, fundamentam e esclarecem as finalidades e a atuação do mesmo, as quais preenchem os requisitos exigidos pela Legislação Federal e Estadual que regem a matéria.

O trabalho que vem sendo desenvolvido pelo referido Sindicato junto ao meio rural do município de Guaraniaçu, justifica a pretensão em torná-lo de utilidade pública.

Em face do exposto, estamos convictos que o presente Projeto de Lei merecerá o apoio dos nobres Deputados.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 116/75

De autoria do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, visa este plano declarar de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guaraniaçu, sediado naquele Município.

Verifica-se que, realmente, esta entidade merece ter o seu pedido de declaração de utilidade pública acolhimento por esta Casa, dados os relevantes serviços que presta à comunidade de Guaraniaçu. Pela documentação apresentada, infere-se que todos os requisitos exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria estão satisfeitos.

Nestas condições, o nosso parecer é pela aprovação do projeto de lei em exame.

Sala das Comissões, em 01 de outubro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) FABIANO BRAGA CORTES — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Leandra Martins de Teixeira, ocorrido na cidade de Castro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Olindo Bertoloti, ocorrido na cidade de União da Vitória. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias e outros Srs. Deputados, solicitando voto de congratulações ao jornal "Diário Popular", que tanto destaque tem oferecido aos trabalhos desta Casa de Leis, e da política em geral com seriedade e independência, ainda, pelo seu ingresso, como associado, na Associação Interamericana de Imprensa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, no sentido de que seja instalado posto de Saúde, com atendimento médico permanente, nas cidades de Cândido de Abreu e Reserva. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo da necessidade de providências no sentido de melhorar os serviços telefônicos em Cascavel. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Rômulo Weigert, ocorrido na cidade de Ponta Grossa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Arcebispo Metropolitano de Curitiba, e ao seu titular, Sua Excelência Reverendíssima D. Pedro Fedalto, pelo êxito das Santas Missões, que obtiveram em nossa capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Poder Judiciário do Estado, pela inauguração do novo prédio do Forum de Paranaguá, e solicita ainda, a transcrição nos Anais da Casa dos discursos proferidos pelos Srs. Presidente do Tribunal de Justiça e Dr. Hugo Pereira Corrêa, em nome da Associação dos Advogados de Paranaguá, que, em brilhantes pronunciamentos enaltecera a importância do acontecimento. — **Aprovado. (Os discursos acham-se inseridos no pronunciamento do Sr. Deputado autor do requerimento).**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 4, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 73/75, 74/75, 75/75 e de Lei nºs 125/75 e 129/75.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 26/74, 70/75, 71/75 e de Lei nºs 57/74, 57/75, 108/75, 109/75, 111/75, 113/75 e 116/75.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 184/74, 25/75, 106/75, 110/75, 120/75, 121/75, 122/75, 126/75 e 127/75.

Levanta-se a Sessão.
